

# MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM GOIÁS NO CENTRO MEMÓRIA VIVA<sup>1</sup>

*Maria Emilia de Castro Rodrigues<sup>2</sup>*

*Cláudia Borges Costa<sup>3</sup>*

*Dinorá de Castro Gomes<sup>4</sup>*

*A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. (SARAMAGO, 1997, p. 475-476)*

**Resumo:** O presente artigo traz reflexões com foco em algumas pesquisas do Centro Memória Viva: Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste (CMV). A gênese do referido Centro foi o Museu Virtual da Educação em Goiás, organizado em 2002, a partir do projeto de pesquisa “Infovias e Educação”. O CMV possui o cadastro de uma pesquisa concluída sobre o Movimento de Educação de Base em Goiás (MEB-GO), explicitada neste texto, além de outras em andamento que têm relação com a educação de jovens e adultos trabalhadores. Essas pesquisas são realizadas na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, na Secretaria de Estado da Educação de Goiás, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás e no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano, e conta com recursos advindos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). As pesquisas bibliográficas e documentais marcaram o início do trabalho no CMV e tomou como aporte teórico as leituras de Brandão (2008); Fávero (2006); Paiva (2003); Wanderley (1984); Rodrigues (2008), entre outros. A referência da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) contribuiu para a organização das pesquisas, posteriormente disponibilizadas ao público. Os processos inerentes à pesquisa documental e histórica, bem como à memória individual, foram realizados a partir dos autores: Bosi (1994), Esquinansi (2012), Halbwachs

- 
- 1 Artigo escrito a partir das pesquisas do Centro Memória Viva: Documentação Referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste (CMV).
  - 2 Doutora em Educação, professora da Universidade Federal de Goiás, coordenadora do Portal Goiano do Fórum de EJA. E-mail: [me.castrorodrigues@gmail.com](mailto:me.castrorodrigues@gmail.com)
  - 3 Doutora em Educação, professora da Rede Municipal de Educação Goiânia-GO, coordenação colegiada do Fórum Goiano de EJA. E-mail: [cbc2011@gmail.com](mailto:cbc2011@gmail.com)
  - 4 Doutoranda em Educação, professora da Rede Municipal de Educação Goiânia-GO, membro do Fórum Goiano de EJA. E-mail: [Gomes.diza@gmail.com](mailto:Gomes.diza@gmail.com)

(2006), Gandon (2001), Le Goff (2003) e Ricoeur (2007), Alberti (2004), Ciavatta (2009), que contribuíram para a compreensão da história oral na constituição da memória coletiva.

**Palavras-chave:** Memória; História Oral; EJA, Educação Popular.

### **Palavras iniciais**

Este texto resulta da experiência vivida com as pesquisas do Centro Memória Viva: Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste (CMV), o qual tem como objetivos a identificação, a classificação, a organização, a análise documental e a disponibilização *on line* de materiais da educação, em especial da EJA, educação popular e movimentos sociais, que compõem a memória passada e atual para que possam ser (re)visitados, analisados, compondo narrativas sob o olhar de pesquisadores e interessados nas temáticas.

Esse Centro teve suas origens assentadas no Museu Virtual da Educação em Goiás, organizado em 2002, com o projeto de pesquisa “Infovias e Educação”, tendo retomado a sua proposta a partir da reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), em 2008, quando o Professor Osmar Fávero despertou a atenção dos pesquisadores da UFG para uma pesquisa sobre os movimentos de educação popular da década de 1940-1960. Esse trabalho reacendeu o desejo de dar continuidade ao Museu Virtual da Educação em Goiás, o que fora viabilizado, inicialmente, com suportes financeiros da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (Secad) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) a projetos denominados Centros de Referência em EJA, nos anos de 2010 e 2011.

Atualmente o CMV, além de uma pesquisa concluída sobre o Movimento de Educação de Base no estado de Goiás (MEB-GO), possui outras em andamento que têm relação com a educação de jovens e adultos trabalhadores. As pesquisas em andamento estão localizadas na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, na Secretaria de Estado da Educação de Goiás, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás e no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano, com financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). O CMV encontra-se vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação: Educação, Sociedade e Cultura (Nedesc), na Faculdade de Educação/UFG.

O trabalho no CMV foi construído com o uso efetivo de pesquisa bibliográfica e documental. Foi iniciado com uma fase de estudos sobre os eixos da pesquisa: EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais, em que tivemos acesso às leituras de Brandão (2008); Fávero

(2006); Guimarães & Nepomuceno (2009); Paiva (2003); Wanderley (1984); Rodrigues (2008), entre outros. Em seguida, com vistas à disponibilização pública e gratuita do acervo, foram reunidos, descritos, classificados, organizados e digitalizados os documentos produzidos. Isto foi possível utilizando como referência a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Ainda quanto à análise documental, recorremos a referenciais como Pimentel (2001), Corsetti (2006), Lüdke & André (1986) e Sá-Silva et al (2009), autores que abordaram as características da pesquisa documental e historiográfica, bem como possibilitaram a construção dos caminhos teóricos e metodológicos pertinentes ao processo de investigação. Com Lopez, apreendemos que:

[...] na percepção do entrelaçamento entre o técnico e o metodológico, é [importante] observar que o técnico vai mostrar como se arquivava uma documentação, enquanto o tratamento metodológico qualitativo dispensado pela ciência vai indicar que não há uma neutralidade, que há o envolvimento de interesses, que existe um movimento. “Daí a importância de uma participação ativa dos historiadores no campo da arquivística e da documentação, pois, mesmo na sociedade tecnológica, a história ligada à transformação social, esse produto da atividade humana, deve ter sua sobrevivência assegurada, [...]. Cabe ao historiador, em consonância com o documentalista, o papel de transformá-los em registros de uma história-mudança”. (LOPES, *apud* GOMES e MOREIRA, 2011, p. 04).

Na busca de compreensão sobre os processos inerentes à pesquisa documental e histórica, foram realizados estudos sobre a memória individual, pautando-se em autores como Bosi (1994), Esquinansi (2012), Halbwachs (2006), Gandon (2001), Le Goff (2003) e Ricoeur (2007). Com relação à história oral, utilizou-se da contribuição de Alberti (2004), Ciavatta (2009), que trazem a importância de se trabalhar com relatos e entrevistas na constituição da memória coletiva.

Para esta exposição, recorremos a documentos, entrevistas, publicações, teses e dissertações que tratam da história e memória do Movimento de Educação de Base em Goiás (MEB-GO), para em seguida discutir sobre o trabalho da Animação Popular (Anpo), um movimento que conseguiu efetivar, no início da década de 1960, por meio das escolas radiofônicas com recepção organizada e contato direto com a comunidade, a Educação de Adultos (EDA) específica para cada região em que atuava. Essa experiência da Anpo, desenvolvida por monitores, líderes e membros da coordenação estadual do MEB-GO, perpassa desde o trabalho de alfabetização de adultos à conscientização das comunidades na busca de solução aos problemas vivenciados, o que foi fortemente influenciado pelos movimentos do Centro Popular de Cultura de Goiás (CPC-GO), pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), e, em especial, pelas contribuições de Paulo Freire e sua equipe, no processo de alfabetização de adultos, e nas experiências de animação rural de âmbito internacional.

## **Percursos metodológicos de uma pesquisa**

As pesquisas em andamento no CMV possuem diferentes trajetórias, pois cada uma possui seu próprio contexto e sua história. Uma parte da experiência vivida pela equipe que trabalhou com a pesquisa do MEB-GO será aqui apresentada, com a finalidade de ilustrar uma trajetória do trabalho realizado pelo CMV-GO. Todos os referenciais teóricos utilizados para o trabalho documental do CMV deram o suporte para a construção da trajetória do trabalho dessa pesquisa, desde a localização e tratamento documental até a realização das várias entrevistas com os sujeitos históricos que atuaram no MEB-GO.

A discussão sobre a realidade do MEB-GO e, em seu contexto, a atuação da Anpo, visa, neste texto, recuperar, registrar e divulgar a história dessa experiência de educação popular, que se configura como uma opção política e educativa, por ser parte de um Movimento da década de 1960, com uma rica história desenvolvida, o qual, em função das circunstâncias históricas da ditadura militar, foi perseguido e silenciado, o que provocou a ocultação e o apagamento de registros, mantendo-os dispersos e as memórias fragmentadas, se não reprimidas.

A história, aqui recontada e registrada do MEB-GO, é uma tentativa de enfrentamento da condição marginal que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre ocupou no processo educacional, especialmente àquela voltada para o meio rural. Nesse contexto, a EJA pouco foi sistematizada e divulgada, o que demanda um compromisso de nossa parte por considerarmos que a memória é lugar onde cresce a história que, por sua vez, a alimenta, fazendo-se necessário sistematizar e refletir sobre o passado para ajudar a compreender o presente e (re)construir, no presente, o futuro. Por outro lado, é fundamental uma “memória coletiva que sirva para a libertação e não para servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471).

Essas contribuições teórico-metodológicas foram utilizadas no decorrer do processo, associando a outras formas de organização documental, pensadas por historiadores, sempre buscando um tratamento da documentação que respeitasse o movimento educacional, a dinâmica da história produzida pela EJA, tanto pelos movimentos sociais, quanto pelos sistemas oficiais de ensino em Goiás. Esse é o princípio orientador da organização documental do Projeto MEB-GO e das demais pesquisas do CMV, já que nossa preocupação é sistematizar e organizar, no Centro Memória Viva, a história da educação em Goiás, sob o olhar de educadores que somos.

Concomitante com os estudos, organizou-se o acervo do CMV, criando-se as fichas

catalográficas que trariam as informações disponíveis no documento para serem lançadas no banco de dados, que está disponível no endereço [www.fe.ufg.br/nedesc/cmvmv](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmvmv). Nesse processo de catalogação, higienização, descrição e escaneamento dos quinhentos e nove (509) documentos relacionados com o subprojeto MEB-GO, dos quais 283 documentos já estão disponibilizados *on line*, delimitou-se as categorias para distribuição em seções, séries e dossiês que fazem parte do acervo, de acordo com a Nobrade. Consideramos as orientações dessa Norma arquivística por ser de âmbito nacional e adaptar as normas internacionais à realidade brasileira, o que nos possibilitou que pudéssemos fazer parte de uma rede internacional de informação e documentação relacionada à EJA, a Adult Learnig Documentation and Information Network - Aladin.

Definidas as categorias, com a ficha catalográfica e a listagem de todos os documentos lançados em uma planilha excell, realizou-se a classificação de cada documento, o que oportunizou receberem um código de acesso e identificação. Após essa etapa, os documentos passaram a ser digitalizados e estão sendo postados no banco de dados do site ([http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmvmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave=](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmvmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave=)) para divulgação em domínio público.

Paralelamente à localização, higienização, organização e postagem dos documentos no banco de dados, foi sendo sistematizado e registrado por escrito, filmagens/vídeos, fotos todo o processo, bem como realizados estudos e análises a partir dos mesmos, o que resultou em publicação de artigos (apresentados em eventos e publicados); produção de relatórios de pesquisa (PIBIC, encaminhados às agências financiadoras); seminários da pesquisa, divulgação no site do Fórum de EJA ([www.forumeja.org.br/cr](http://www.forumeja.org.br/cr)); produção de três projetos de doutorado aprovados na Universidade de Brasília, oito de mestrado aprovados na UFG e PUC Goiás, dos quais dois já foram defendidos, e ainda, dois trabalhos de conclusão de curso (TCC). Um TCC e dois projetos de mestrado abordam sobre o MEB-GO.

O esforço de sistematização possível sobre a história do MEB-GO e a Animação Popular, como uma de sua expressão metodológica, é o que se apresenta a seguir.

### **O Movimento de Educação de Base: das origens à Animação Popular**

O Movimento de Educação de Base (MEB) era coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que o criou no início da década de 1960, e para sua concretização contou com o apoio financeiro do Governo Federal, por meio de um convênio. Esse Movimento nasceu das experiências de Escolas Radiofônicas (ER), como a SIRENA –

onde já eram utilizadas as rádios vinculadas à Rede Nacional das Emissoras Católicas (RENEC) –, na Região Nordeste do país, e da experiência internacional de Sutatenza, na Colômbia, com a educação de adultos.

Dentre os 11 membros que compunham o Conselho Diretor Nacional do MEB, um era indicado pelo Estado e o restante pela CNBB. Havia ainda um Conselho Nacional de Representação e Consulta e um Conselho Fiscal, além da Equipe Nacional e Regionais (denominada em Goiás de Equipe Central). A maioria dos componentes dessas equipes eram advindos dos movimentos católicos, especialmente da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), bem como de organizações políticas como a Ação Popular (AP) o que, segundo Fávero (2006), ocasionou sua prática diferenciada e crítica do movimento.

O motivo que levou a Igreja e o Estado a implementarem esse tipo de educação foi o alto índice<sup>5</sup> de analfabetismo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, surgindo o MEB, numa tentativa da Igreja, através da educação de base, contribuir para diminuir esse índice. Observa-se, porém, que ao longo do processo educativo desenvolvido pelo Movimento, que inicialmente tinha uma concepção de educação de base culturalista e de integração social – à luz das orientações da Unesco –, de sobreposição do urbano sobre o rural e do conhecimento científico sobre os saberes da comunidade, há uma profunda alteração nos seus princípios e proposta pedagógica, indo além do que estava contemplado no projeto original, demarcado pelo Encontro Nacional de Coordenadores, em 1962.

A partir desse primeiro encontro de coordenadores, conforme Paiva (2003, p. 269) definiu-se pela concepção da educação como diálogo para transformação social. Dessa forma, a educação seria um instrumento de conscientização “que tornasse possível a transformação das mentalidades e das estruturas”. O MEB se posicionava de forma clara em defesa dos mais pobres e despossuídos de privilégios. Para esse Movimento, a educação legítima é aquela que extrapola a visão integrativa e torna-se criadora, no sentido da valorização do sujeito e da sua constituição histórica de ser cultural. Dessa forma, a educação teria o objetivo de possibilitar a construção crítica do conhecimento e propiciar aos educandos condições para interferir e constituir mudanças na comunidade.

O MEB atuou nas regiões onde não existiam escolas regulares para jovens e adultos, e o índice de analfabetismo era alto no meio rural. A partir de 1963, proporcionou uma

---

5 Conforme censo demográfico IBGE de 1960, o Brasil apresentava um índice de 39,7% de analfabetismo, enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentavam em torno de 61,6%, com variação pouco menor as regiões Norte e Centro-Oeste.

educação que visava à atuação crítica dos educandos sobre sua realidade, por meio de um trabalho de alfabetização vinculado à perspectiva de conscientização e politização, assim como de articulação, mobilização e transformação crítica das comunidades locais. Esse Movimento utilizava o rádio<sup>6</sup> como veículo de transmissão das aulas desde o início dos seus trabalhos, aprimorando o que já existia na história da radiodifusão, a recepção organizada, que consistia na organização de um espaço para acomodar os alunos e havia, além do rádio que transmitia as aulas, o monitor, responsável em oferecer o apoio necessário ao educando e promover o contato direto com as comunidades ouvintes. A partir de 1963, uniram-se ao monitor os líderes das localidades, para colocar em ação a metodologia de Animação Popular<sup>7</sup> (RODRIGUES *et al*, 2015):

[...] Este Movimento não buscava simplesmente uma educação formal, onde as pessoas atingidas recebessem uma série de informações que muitas vezes não se relacionavam em nada com o seu cotidiano. Os próprios documentos do MEB diziam que os objetivos específicos de cada escola radiofônica eram a 'conscientização, a mudança de atitudes e a instrumentação das comunidades', indo ao encontro de outros projetos de educação, como o idealizado por Paulo Freire (PIMENTEL, 2004, p. 45)

Os monitores das Escolas Radiofônicas (EERR) eram, em sua maioria, moradores do meio rural, membros da comunidade. E “sua função era provocar o interesse, manter viva a atenção, o esforço e a participação de todos” (MEB-GO, s/d, p. 05), e para tanto, recebiam treinamentos e participavam de encontros com noções de linguagem, aritmética, conhecimentos gerais e, a partir de 1963, de cultura, politização e sindicalismo, com o auxílio de radinhos de pilha, os quais nem sempre conseguiam receber o sinal da rádio. Como relata um monitor do MEB-GO: “[...] tinha aquele problema também de muitas vezes a escola tá em pleno exercício, entrava a rádio Londrina, tocava a Difusora [Rádio Difusora de Goiânia] pra lá [...] A Difusora era muito ruim de sintonia, cê ficava esperando a Difusora voltar e ela nunca mais voltava” (COELHO, entrevista, 14/05/2012). Com esse relato, denotam-se algumas dificuldades na utilização desse meio de comunicação, que embora fosse apreciado pela maioria das pessoas, havia situações inerentes à sua transmissão.

---

6 A história do rádio no Brasil, segundo Pimentel (2004), inicia-se juntamente com a do rádio educativo, pois quando ocorreram as primeiras transmissões de rádio no país, na cidade do Rio de Janeiro em maio de 1923, "a Rádio Sociedade realizou sua primeira transmissão, de caráter experimental" (PIMENTEL, 2004, p. 12), e os programas já tinham caráter educativo e cultural.

7 A Anpo adveio das experiências das Missões Rurais vividas pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), e em âmbito internacional da experiência de animação rural promovida pelo Institut de Recherches et d'Applications de Méthodes de Développement (IRAM), nas colônias francesas do continente africano – no Senegal, Marrocos, Nigéria e Madagascar – cuja experiência com Animação Rural teve início em 1960 e esteve ligada ao envolvimento dos lavradores nas reformas das estruturas e do desenvolvimento nacional. Essa experiência foi vivenciada por Vera Jaccoud, que a trouxe e divulgou no MEB.

Já os líderes tinham a função de coordenar e mobilizar a comunidade para participação nos Encontros de Animação Popular. E com os monitores eles passaram, a partir do II Encontro da Anpo em Goiás, a criar e encenar as peças de teatro (esquetes), apresentadas no momento inicial das atividades, pois, segundo documentos do MEB (1962),

Animar é dar vida, ação, entusiasmo, coragem. Dá ideia de movimento, de vivacidade. Animação Popular seria, então, colocar em contato com o povo um elemento de dinamização – o animador. [...] um representante autêntico do meio em que vive e onde vai atuar, receber um treinamento que o ajude a conduzir as reuniões populares que a comunidade considerar necessárias, de acordo com um plano geral em que colaborarão os responsáveis (p. 05).

E ainda era definida a Animação Popular nos documentos do MEB como:

[...] um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades, em busca da superação de seus problemas sociais e econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos. (MEB, 1966, p.26).

O trabalho com a Animação Popular demandava ainda a realização de cursos intensivos de animadores populares, que participavam também de outros encontros, cursos, aulas e programas radiofônicos e cabia-lhes também supervisionar e avaliar os trabalhos executados, considerando não apenas o nível de aprendizagem, mas as mudanças de atitudes e comportamento da própria comunidade (JACCOUD, 1966). As atividades da Anpo não eram uniformes no MEB, cada sistema estadual e comunidades tinham suas peculiaridades, e objetivava que os alunos tivessem interesse pela escola e em atuar na comunidade com vistas a transformá-la. No Norte e no Nordeste, em especial no Maranhão, a Anpo dava-se por meio das Caravanas.

### **O MEB-GO e sua atuação na Animação Popular**

Em 1961, ocorreu em Aracaju o Primeiro Encontro de Educação de Base, quando houve “um animador balanço dos resultados obtidos nas dioceses [...] e se apontou para constituir] um novo organismo, o Movimento de Educação de Base” (PIMENTEL, 2004, p. 44). Desse encontro, participaram duas representantes leigas da Igreja Católica, que haviam sido designadas pelo Arcebispo Metropolitano de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, para conhecer a experiência das Escolas Radiofônicas, vivenciadas em Aracaju e Natal, com o intuito de criar em Goiás o trabalho de educação de adultos via rádio. Nesse ano, foi então criado o Sistema Tele-Radiofônico de Goiás (Setergo) e este, quando aderiu ao MEB nacional, passou a denominar-se Movimento de Educação de Base de Goiás. Segundo Fávero



(2006), na primeira fase do MEB, as escolas radiofônicas foram o instrumento básico do Movimento, sendo que o rádio exercia:

[...] um fascínio em Goiás, nos anos 1960, e teve um papel social relevante no processo educativo dos camponeses do Estado, sendo um instrumento recriado pela equipe do MEB-Goiás, incluindo entre outros recursos metodológicos as peças de teatro, músicas, crônicas, mensagens, avisos, recados, convites, até a animação popular (RODRIGUES, 2008, p. 18).

Como a maioria da população goiana vivia no meio rural e era analfabeta (em torno de 60% da população), o MEB-GO voltou-se para a EDA, especialmente os trabalhadores da capital e dos municípios do entorno, atingindo o interior do estado até onde alcançavam as ondas da Rádio Difusora de Goiânia. Era um período de efervescência política, econômica, cultural, intensamente vivido em Goiás, e também em âmbito nacional e internacional. Havia muitas mobilizações, lutas por reformas universitárias, de base, de condições de trabalho e envolvimento da sociedade civil e política<sup>8</sup>, que se explicitavam nas músicas e poesias criadas e cantadas, nas peças de teatro apresentadas nas carrocerias de caminhões, nas greves e manifestações organizadas, em especial por universitários e estudantes secundaristas, e também nas comunidades dos bairros de Goiânia e trabalhadores rurais do interior do estado.

A partir de 1963, as lideranças do Movimento puderam observar que seria necessário modificar suas metodologias, para que houvesse uma maior participação das comunidades, “[...] a equipe chegou à conclusão que mesmo com a irradiação para outras atividades, a escola é, não raro, insuficiente em relação às necessidades e aspirações da comunidade.” (MEB-GO, [1963], p.4). Participavam junto com o MEB-GO, nesse trabalho de Anpo, os movimentos de educação popular do Instituto de Cultura Popular (ICP-GO) e do Centro Popular de Cultura de Goiás (CPC-GO), ambos com experiência em atividades culturais e educação de adultos numa perspectiva libertadora.

A Anpo, em Goiás, não ocorreu dentro de um processo uniforme, mas perpassou momentos de reflexão, avanços, retrocessos. Inicialmente, deu-se de forma intuitiva – com atividades levadas pelos coordenadores da Equipe Central às comunidades, sem a participação dos alunos, monitores e comunidades que apenas ouviam, cantavam, repetiam e discutiam temas propostos pela Equipe Central ou pela própria comunidade –, passando, a partir de

---

8 Nesse contexto, o **governador** do Estado de Goiás, Mauro Borges Teixeira, apoiou os estudantes e as camadas populares na busca de participação política, com vistas a estreitar a vinculação governo-povo. O apoio perpassou pela criação da Associação de Lavradores e sindicatos e do Instituto de Cultura Popular (ICP-GO); financiamento da ida de estudantes do Centro Popular de Cultura de Goiás (CPC-GO) e do ICP-GO ao Recife, para aprender com Paulo Freire e sua equipe o processo de alfabetização de adultos; apoio técnico-financeiro nos encontros de trabalhadores rurais e de estudantes, entre outros aspectos (RODRIGUES, 2008 p.142 - 43).

análises junto com a comunidade e em momentos de estudos, de avaliações e de reflexões sobre as práticas, para novas ações em que os monitores, os líderes e a própria comunidade eram vistos como sujeitos de sua história, conscientizando-se da sua realidade e da necessidade de intervenção nela, podendo mantê-la como estava ou, individual e coletivamente, transformá-la. Foi um processo

[...] de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades, em busca da superação de seus problemas sociais e econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos. (MEB, 1966, p.26).

Mas a estruturação/organização das ações da Anpo no MEB-GO surgiu, inicialmente, das necessidades da Equipe Central, em especial dos supervisores, de terem o contato direto com a comunidade, a fim de obterem maiores informações sobre o trabalho das Escolas Radiofônicas mas, posteriormente, passou a abranger toda a comunidade onde se inseriam as EERR. A Anpo era desenvolvida por meio dos Encontros surgidos da tentativa inicial da supervisão<sup>9</sup> de obter maior participação da comunidade nas atividades da escola, passando a realizar, semanalmente, encontros de monitores, alunos e demais membros das comunidades onde funcionavam as escolas. “Dessa forma, a ampliação da prática do MEB pode ser entendida, em primeiro lugar, como uma exigência da própria prática” (FÁVERO, 2006, p. 207).

Foi a partir de 1963, que novos temas como politização, o homem e a realidade brasileira e sindicalismo passaram a ser abordados nas aulas e nas discussões junto às comunidades. Esse novo instrumento pedagógico, a Anpo, foi pensado, segundo Rodrigues (2008), especialmente com as mudanças na forma de conceber a prática político-pedagógico na alfabetização de adultos, após o segundo treinamento da Equipe Central.

---

9 Supervisão era a terminologia adotada à época para o trabalho de formação, acompanhamento e apoio didático- pedagógico desenvolvido junto aos monitores e líderes por meio de visitas, cartas, avaliação das atividades, entrevistas que permitissem a troca de ideias e experiências, reuniões para avaliação e planejamento, etc. A supervisão era, embasada em experiências e outras práticas sociais, e não tinha um caráter de fiscalização, controle e prestação de contas de serviço, mas de ajuda, no atendimento ao monitor em suas tarefas na escola e na comunidade, de ver como estavam os trabalhos, os problemas que eles tinham, analisá-los coletivamente e atuar a partir disso, trocando saberes e práticas, orientando e colhendo dados para retroalimentar, planejar e avaliar o trabalho radioeducativo nas EERR e na comunidade. O papel da supervisão mudou especialmente a partir de 1963, quando passou a ter um caráter mais dinâmico, e no decorrer das visitas – além da observação das condições materiais da escola, do grupo de alunos e monitores frente as emissões, reações e interesses, desafios, dificuldades e avanços no trabalho pedagógico e do apoio pedagógico – a equipe fez uso do levantamento de área; de gravações junto aos monitores e educandos, seja no decorrer das aulas, Programas de Sábado e Encontros com a comunidade, o que passou a subsidiar a prática pedagógica do Movimento e a alterou significativamente (RODRIGUES, 2008).

Com um trabalho voltado para a conscientização, um olhar político, em que as comunidades começaram a atuar de forma mais intensa sobre sua realidade social, os trabalhos da Anpo envolviam ações educativas e de cultura popular, utilizando-se de esquetes, círculos de debates, entrevistas, reuniões, sociodramas, painéis e reflexões e se utilizavam de dramatizações a partir das situações vividas na própria comunidade, com informações colhidas por meio de enquetes. Essas metodologias, nas quais todos podiam participar de maneira consciente, eram o ponto de partida para o grupo debater os problemas da comunidade, analisando-os, buscando construir, coletivamente, alternativas para solucionar esses problemas.

Um dos fatores relevantes no processo de Anpo foi a participação do monitor, responsável pela recepção organizada das aulas radiofônicas e que, a princípio, era convidado para exercer a função sendo, geralmente, uma pessoa ligada à Igreja. Contudo, a partir de 1963, a escolha do monitor passou a ser feita pela própria comunidade, que selecionava alguém do seu meio, que tivesse uma boa participação, liderança e carisma junto ao grupo, para exercer tal função voluntariamente.

Os monitores e líderes passavam por um curso de treinamento em Goiânia, onde eram realizadas as dramatizações acerca de como utilizar o trabalho com o rádio, metodologias de alfabetização e de ensino, aulas relacionadas aos conteúdos que seriam trabalhados nas várias áreas do conhecimento, formação humana, entre outros. Por ser um trabalho direcionado para a conscientização dos trabalhadores, em especial do homem do campo, ele transcendia o processo educativo enquanto escola radiofônica, indo numa vertente de formação humana que é, “[...] parte deste mesmo processo educativo e mantém-se sempre em estreita correlação com ele” (MEB, 1965a, p. 01), na luta pela conquista e ampliação dos direitos do homem rural. Mas o trabalho da Anpo “não se fecha no âmbito estreito de problemas imediatos. Ele se insere, como ponto de reflexão e ação, no contexto da luta pela transformação de estruturas, elaboração de esquemas mais humanos, sem o que seu sentido se esvazia” (MEB, 1966, p.26). Além dos cursos, em relação ao trabalho didático com o uso do rádio e junto aos alunos, havia ainda o “Guia do Monitor”, uma apostila com informativos acerca da função dos monitores nas Escolas Radiofônicas e eles ainda recebiam orientações com as visitas das supervisoras nas escolas.

Após atuar com os *Encontros*, via supervisão-encontro, com o objetivo de obter dados junto à comunidade, como também de revisar e de planejar atividades com a participação direta de monitores, de alunos e da comunidade, considerando, ainda, seus interesses e necessidades, as atividades da Anpo foram intensificadas, sendo motivadas pelo Programa de

Sábado *que passou a denominar-se “A comunidade se reúne”*. Essa atividade preparava o município para receber membros da Equipe Central e, em alguns momentos, do MEB-Nacional, do CPC-GO e ICP-GO, ou ainda monitores e líderes de municípios vizinhos, através da animação radiofônica, os quais atuavam junto aos monitores e líderes da localidade. Os Encontros tinham a duração de um dia e eram realizados aos finais de semana, com debates de temas/problemas da comunidade, motivações e avaliação do encontro. No decorrer do encontro, se discutiam e planejavam ações comunitárias para serem viabilizadas conjuntamente, a partir dos problemas e demandas das comunidades, oportunizando o processo de conscientização, mobilização e formação do povo, com ele e por ele.

Um exemplo ocorreu na Comunidade da Fazenda Serrinha, em que a escola das crianças estava com problemas e a comunidade se reuniu para resolver a questão, conforme nos informam os monitores:

O MEB chegou [...] e a coisa extrapolava a alfabetização, tá, aí a gente chegava até no trabalho comunitário, a própria comunidade se reunindo, discutindo e buscando a solução de seus problemas, tá. [...] inclusive nós tivemos um problema de escola, na escola rural, uma senhora já muito de idade e o pessoal da comunidade muito insatisfeito com a escola, com o dia a dia da escola, né, o ensino ruim, a professora faltava [...], então a comunidade chegou até aí: “Vamos discutir isso porque a sociedade, a comunidade está insatisfeita!”, e fomos discutir a questão e vimos que nós teríamos que mudar aquela situação da escola. Também o prédio era muito pequeno, os móveis estava muito ruim, então tinha que sofrer realmente uma transformação, né. E reunidos nós conseguimos essa transformação. Tinha que fazer o edifício, o prédio era um galpão muito grande, mas cadê o dinheiro de comprar tijolos? Mas nós fizemos de adobe, tá. A comunidade se reuniu, o local da escola permanecia, né, nós não tivemos o trabalho de ver outro local, foi aquele mesmo. Aí fomos, reuniu a comunidade e fazer tudo de mutirão. Isso era nos sábado, nos feriado, aos domingo, né, as mulher, as crianças carregando água, né, os homens amassando [...] misturando a terra com água e transformando em barro, né, e outros colocando o barro nas formas pra lá fabricando o adobe. Tá bão, depois de todo feito isso, vamo edificar agora o prédio [...] com trabalho coletivo. Tudo discutido entre nós, né, e dividido as tarefas, tá. [...] depois de levantado [...], agora precisa a cobertura, né, então como vamo fazer? [...]. Aí nós fomos...é...pra prefeitura buscar a mão, a mão do prefeito, a mão do cofre público. (COELHO, P. J, entrevista, 14/07/2005)

[...] Inclusive... a própria prefeitura não concordou de ajudar na participação daquela construção, disse que não podia fazer nada porque já existia escola lá, já existia a escola lá, então eles não podia ajudar. Aí nós fomos à Secretaria da Educação [...] que encaminhou a gente, acompanhou nós para adquirir todas essas coisas. (COELHO, J. M., entrevista, 14/07/2006)

[...] Nós tinha uma escola [...] estadual, lá na Fazenda Serrinha. E ela era muito mal, a professora já era uma senhora já de idade, e aí a gente reuniu e foi ver que [...] aquela escola, não tava funcionando! [...] Aí quando começaram a ver lá dentro da escola que aquilo tava errado, aí fomo atrás. [...] e aí a gente fundamo lá a escola municipal. Juntamo os pai dos aluno, fizemo mutirão, construímo um grupo e [...] a prefeitura [...] deram só o telhado, o resto foi tudo nós [...]. E [...] foi isso aí o que [...] favoreceu o camponês naquela época [...], a gente começava a mobilizar... a ter mais consciência. (COELHO, O. J. entrevista, 2004)

Era um processo de conscientização construído na relação entre os sujeitos e a

realidade social, sob a mediação ora da Equipe Central, monitores e líderes, ora com a participação do MEB-Nacional, mas que contribuíam com o processo de reflexão para avançar da consciência ingênua para uma perspectiva crítica, em que os sujeitos, individual e coletivamente, buscassem resolver os problemas da comunidade e cobrar também do poder público sua obrigação. Ao levantarem um tema/problema para as discussões, havia preocupações com a escola, com o saneamento básico, com as mazelas oriundas da falta de condições financeiras em meio à exploração por parte dos donos da terra, desafios postos pela realidade social. E a metodologia utilizada na Anpo era dialógica, não diretiva, pautando-se no método ver, julgar e agir da Ação Católica, de forma que os membros das comunidades fossem os coordenadores dos trabalhos. Na argumentação de Paiva (2003, p. 270), a “Animação Popular era, portanto, essencialmente, um processo político enquanto conscientização que prepara para participação política na vida da comunidade e no processo político nacional.”

Para despertar a atenção da comunidade, os monitores e líderes organizavam desafios humorísticos com músicas, perguntas e respostas, declamações, peças de teatro, etc., que expressavam a realidade social vivida, com suas mazelas, desafios, dificuldades, experiências, enquanto objeto de análise para o povo, e dele surgindo. Ao final de cada encontro, era realizada a avaliação/revisão do encontro, quando a Equipe pontuava se os participantes tinham alcançado os objetivos, em que poderiam avançar/melhorar, se o trabalho: “[foi] realizado no nível e linguagem do pessoal, partindo de seus problemas [...]; foram localizados autênticos animadores que poderiam ser treinados para o trabalho de animação popular; [...] o município foi bem preparado para a radicação de escolas” (RODRIGUES, 2008, p. 238).

Os estudos e avaliações do II Encontro de Anpo apontavam para a necessidade de maior envolvimento e autonomia dos membros das comunidades nos trabalhos, pois o “Encontro feito pela comunidade é possível, fica muito mais no nível do pessoal e suas necessidades, rende muito mais” (MEB-GO, 1964, p. 07), o que demandou maior preparação dos monitores e líderes/animadores populares, por meio de encontros de formação com treinamentos e maior sistematização e planejamento dos trabalhos.

Contudo, como no pós-1964 os recursos foram sendo cortados, a falta de financiamento inviabilizava a realização dos cursos em Goiânia. Diante disso, optou-se para que as formações fossem realizadas nas comunidades, e os monitores e líderes assumissem os encontros com a assessoria da Equipe Central, para a reflexão sobre os problemas do dia a dia das comunidades e por elas levantados, com trocas de práticas e saberes cotidianos e científicos, envolvendo, além dos membros do MEB-GO e das comunidades, parceiros de

outros movimentos como o CPC, JUC e AP. Assim, o ponto de partida era o que o povo demandava e a comunidade, monitores, líderes/animadores populares participavam do planejamento até a avaliação do processo, sem haver diferenciações entre as atribuições do povo e as da Equipe Central, com saldos positivos, não só no âmbito do discurso, mas também da prática, porque se valorizava a cultura popular, proporcionando um processo de conscientização processual.

Tanto para articular e divulgar as ações, quanto para a formação dos monitores e líderes/animadores populares, havia a necessidade de programas radiofônicos especiais para a comunidade, bem como horário de planejamento com os animadores locais e revisão e registro de cada Encontro. Aos poucos, os monitores e líderes passaram a ter mais autonomia, utilizavam desde cartazes, músicas, mensagens ou chamadas no rádio até peças de teatro para a realização das reuniões. Segundo Alda Maria B. Cunha (entrevista, 20/09/2006) da Equipe Central: “[...] acontecia muitas vezes de a gente estar num lugar e ao mesmo tempo, naquele dia, o grupo estava se reunindo noutra lugar, por conta própria, já se apropriando duma metodologia de participação”. A autonomia cresceu tanto em algumas comunidades, que eles passaram a contribuir com a mobilização de outras comunidades, que ainda caminhavam em um passo mais lento, como podemos ver no relato a seguir:

– Lá na cidade de Posselândia [...] em termos de trabalho de comunidade era [...] completamente cru, e nós entramos lá com um teatrinho, lá naquele bairro pobre [...]. Teatro que nós mesmos preparamo [...]. Isso pra poder conquistar... (José Moreira).

– Abrir espaço pra poder chegar na massa. [E o texto era] pra refletir sobre a nossa realidade. (Parcival). [...]

– [...] Eu cheguei lá ele [Parcival] tava com um punhado de milho em cima d’uma mesa contando, tira um pr’aqui, um pra lá, pra cá [...], aí eu falei “Ô fulano, que dificuldade você tá tendo aí com essa conta que você tá fazendo aí?”, “Eu tô aqui vendo... eu tava na fazenda do fulano lá, eu tenho que tirar pra ele é... 30%, mas eu não tô sabendo fazer essa conta”. [...] E, ele caçando o jeito de [...] descobrir como ele ia pagar esse arrendo pr’os patrão [...]. Aí a gente chegava e explicava [...] o jeito certo de fazer (José Moreira). (COELHO, J.M.; COELHO, P.M.; entrevista, 14/07/2005).

Nesse processo de mobilização, o teatro, os esquetes, as cantorias foram recursos pedagógicos bastante utilizados, que auxiliavam os camponeses a repensar a realidade sociopolítica, cultural e econômica em que estavam inseridos, articulando com exposições sobre alguns temas demandados pela comunidade no meio rural, num movimento dialógico de trocas de saberes, de experiências. O teatro, numa avaliação do monitor e líder local José Moreira Coelho (entrevista, 14/07/2005), era: “Uma forma, também muito prática”, quando “[...] a turma fazia aquela reunião [...] a gente entrava nas história e nós ia também

construindo também a nossa própria história”. Para Peixoto Filho:

O uso de jogos cênicos, como instrumentos pedagógicos, foi de grande importância no trabalho do MEB/Goiás. Assim, a sensibilidade da Equipe Central em recuperar o lúdico – como parte do processo de aprendizagem, no qual questões e problemas da realidade vivencial pudessem passar por um processo de reflexão, permitindo a elaboração do conhecimento de uma maneira brincalhona e prazerosa –, era também [...], uma forma de atingir as comunidades, dentro de uma linguagem característica e própria do local. (2003, p. 78).

Portanto, tratava-se de uma prática pedagógica, via teatro, que permitia a mobilização da comunidade para participar e/ou retornar às escolas radiofônicas, bem como realizar a análise da realidade concreta, favorecendo tanto aos atores, quanto aos ouvintes, tomarem consciência de si e do meio em que se inseriam, olhá-lo criticamente, refletir coletivamente, buscar alternativas aos problemas e poder intervir para transformá-los.

Muito do que era desenvolvido via rádio não podia mais ser explicitado a partir do Golpe de 1964, inclusive nas aulas. Assim, os Encontros passaram a ser a possibilidade para continuidade e aprofundamento do trabalho político-pedagógico, já que a repressão sobre os meios de comunicação era muito forte, com as aulas e programas do MEB-GO sendo gravados e censurados pelos militares, induzindo a Equipe Central a diminuir, nas emissões radiofônicas, o nível de criticidade e aprofundamento das mesmas, enquanto que, nos Encontros, as discussões podiam ser em um nível mais profundo e crítico, ainda que, às vezes, pudessem estar sendo vigiados. Por outro lado, muitas vezes os encontros passaram a ocorrer com convites por códigos para que os participantes dos encontros pudessem se manifestar, sem serem interpelados pelos proprietários. Até porque, em alguns momentos, as reuniões contavam diretamente com membros da AP, que não podiam ser descobertos.

Em entrevista concedida ao Jornal 4º Poder (1963a, p. 12), Maria Aparecida Siqueira informa que a Anpo realizada em Goiás, nos Encontros, tinha momentos:

[...] riquíssimos em experiências humanas, vivências, espírito comunitário mesmo. A parte final constitui-se em maior integração das comunidades no mundo cultural, com um método dedutivo de conscientização, visão das realidades; mundo natural-homem práxis humana dominando o mundo. Finalizando o encontro, há um ‘show’ no qual todos apresentam o que querem: poesias, músicas, cateretês e até catira. [...] numa perspectiva de cultura.

Ao lado de tudo isso, temos na medida do possível e do impulso que a experiência traz partindo para ampliação do espírito e práticas comunitários, levantando através de problemas concretos dos núcleos, a necessidade de sindicatos, cooperativas, etc.

Em consequência da Anpo, monitores, líderes e educandos e comunidades passaram a se mobilizar, valorizar sua cultura e o mundo cultural, ter voz perante os donos das terras e, por conseguinte, serem ouvidos. Inclusive, os camponeses organizaram-se para a implantação

de sindicatos e lutas por melhores condições de moradia e trabalho.

Em um dos Treinamentos de Animadores Monitores, realizado no período de 10 a 13/02/1966, podemos observar a utilização de uma gravação de um esquete, que serviu para fundamentação e debate dos cursistas. Tratava-se de um

Esquete retratando a situação de uma comunidade que descobre, entre outros problemas, a necessidade de uma escola para adultos [...segue-se a ele o] Debate sobre o assunto do esquete, em assembleia: levantamento dos problemas existentes na comunidade do Córrego Bonito. “A gente lembra mais não só pelo que passou ali (na gravação), mas pelo que a gente passa lá, na nossa vida” Itamar  
“Nessa reunião não surgiu discórdia... Vicente Teodoro (A reunião do esquete está muito harmoniosa, o que não acontece sempre nas comunidades).  
O debate passou a ser feito, então, em torno da última fase do esquete: O que vai significar isto (a alfabetização, escola) em nossa vida? “Eu vejo a escola como uma ajuda para melhorar o esclarecimento e a união” Percival  
“O valor da alfabetização não tem um ponto certo, um ponto fixo. Vale prá vida”.  
Itamar  
[...]  
“A alfabetização deve mostrar o valor do homem, fazer conhecer o valor que o homem tem. O meu patrão mesmo me fala: você tem 1 mil réis, cê só vale 1 mil réis. Eu fico pensando: se eu sou pobrezinho, o outro é rico, êle deve valer mais do que eu?” Vicente Teodoro  
[... e a] Equipe Central, partindo da questão colocada pelos animadores monitores: O homem vale pelo que êle tem ou pelo que êle é? (MEB-GO, 1966a, Anexo 18, p. 04-05)

Essas reflexões apontaram para a necessidade de um novo processo de alfabetização, com material mais vivo e método próprio para adultos, com apresentação ordenada das dificuldades da língua, bem como que partisse da “situação vivencial daqueles que vão se alfabetizar”, chegando-se à conclusão de que deveria se

[...] fazer uma troca, deixar a cartilha e procurar outro jeito, já é uma boa extensão do MEB, uma boa arrancada [...] A alfabetização deve levar em conta a pessoa que vai se alfabetizar. No nosso caso: pessoas que vivem e trabalham na zona rural, no campo. [...] O trabalho no campo obedece a fases que serão unidades no N.P.A. [Novo Processo de Alfabetização]. (MEB-GO, 1966a, Anexo 18, p. 05)

Diante dessas demandas, por meio do conhecimento de alguns componentes da equipe sobre o sistema utilizado por Paulo Freire e sua equipe, adveio a ideia de elaborar um material para alfabetização de adultos, específico para Goiás, surgindo assim, o conjunto didático “Benedito e Jovelina”.

A construção do conjunto didático teve a participação dos vários sujeitos que atuavam no MEB-GO, entre eles, os monitores e educandos, era por meio dessas participações que se analisava o contexto rural, tal como o vocabulário utilizado pelas comunidades, pois o material didático fazia uso das palavras mais significativas para esses sujeitos, como observa Rodrigues (2008).



[...] A equipe se preocupou em colher, anotar, registrar e gravar palavras, frases, formas de expressar as ideias e coisas, obtidas nas visitas à comunidade, nos Encontros, nas aulas da ER, nas reuniões de trabalho ou festivas, enfim, nos diversos ambientes/espços de vivência da comunidade (p. 278).

Contudo, como a elaboração desse material ocorreu em 1966, sofreu pressões e não podia explicitar uma perspectiva crítica como a que o MEB-GO já vivenciava em várias comunidades. Além disso, segundo Rodrigues (2008), com o golpe militar, as poucas ações que sobreviveram, tiveram de excluir de seu ideário de EDA os princípios de conscientização e participação, aspectos que foram considerados pelo MEB-GO ao tomar coletivamente, em um encontro com os monitores e líderes, a decisão de encerrar suas atividades, em dezembro de 1966 (MEB-GO, 1966b).

O MEB-GO por meio da Animação Popular redefiniu sua proposta passando de educação conservadora para uma educação com a apropriação da consciência crítica, a partir do pensar da comunidade nos problemas e na busca de soluções e, nesse processo, sobrepujou o individualismo, e teve a audácia de conduzir o trabalho de conscientização social, histórico e político num período de fortes e temíveis retaliações. Os enfrentamentos dos problemas que o homem rural em processo educativo vivenciou, promoveu para a equipe de Animação Popular a análise de suas práticas, aprendendo tanto ensinantes como aprendizes, uns por se desafiarem a refletir sobre os problemas da realidade concreta, outros por terem de se despir de uma forma pronta de trabalhar no processo educativo, dialogando e buscando construir, juntos, um processo de transformação que caminharia em prol de mudanças concernentes aos direitos daqueles homens, acostumados aos deveres impostos pelos donos da terra.

Vale destacar que, nesse processo, a experiência de Animação Popular agrega elementos de extrema relevância, pois se mostrou inovadora, atuante em despertar o homem para a criticidade, e liberdade de atuação, de vidas sendo transcritas pela arte – de se verem nas peças de teatro, nos esquetes, nos desenhos, nas músicas –, e, nesse contexto, redefiniu-se o processo educativo, com vistas à mobilização e à conscientização das camadas mais simples da população, na luta por condições de trabalho, cooperativismo, educação/alfabetização da palavra e do mundo, do sindicalismo, do ter e do ser.

As possibilidades de repensar nas condições que enfrentavam, contribuiu no engajamento social, político e histórico daqueles que vivenciaram o MEB-GO, quer seja como educandos, monitores, líderes/animadores culturais, Equipe Central ou Nacional e demais movimentos de educação popular que com ele atuaram, e na busca de condições de vida digna, apropriaram-se da luta em prol da comunidade, negaram o individualismo,

reforçaram o coletivo, numa formação humana a que todos têm direito.

Por isso consideramos ser de extrema importância o resgate da memória do período do Movimento e dos envolvidos no decurso do mesmo. O escasso registro e sistematização da memória individual e coletiva dos pequenos e humildes, em especial em Goiás, impulsiona o trabalho com resgates dessas memórias que muito têm a dizer de um período, e mais especificamente do MEB-GO. Para tanto, nos apoiamos em Le Goff (2003), que trabalha a questão da reescrita da história por meio da memória, pois segundo ele, “a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões” (2003, p.28).

### **Palavras Finais**

A constituição da história das sociedades é viva nos sujeitos ou na memória que os significam, como registra a epígrafe no início do artigo. Não se trata somente de um significado simplesmente subjetivo, mas marcado na trajetória cultural, um processo de tempo, vida e registro. Esses escritos propuseram uma aproximação com um tempo que revela homens e mulheres socialmente comprometidos. Vivenciaram em seu presente as possibilidades de potencializarem suas práticas sociais com disposição para imprimir metodologias próprias, as quais apresentavam a alfabetização e a promoção da cultura popular como instrumento de construção da consciência crítica dos sujeitos.

O trabalho realizado pelo CMV tem contribuído com o resgate da história vivida pela EJA, educação popular e movimentos sociais em Goiás e no Centro-Oeste. Essa história tem sido recontada por aqueles que a construíram, quer sejam por meio de entrevistas, história oral, fontes documentais, etc. O que vem sendo sistematizado em um banco de dados, além de inúmeros trabalhos (artigos, projetos, monografias, dissertações e teses) que têm sido desenvolvidos pelos integrantes e pesquisadores que acessaram dados do CMV, contribuindo, dessa forma, com a reconstrução/sistematização e ou ampliação da historiografia da EJA em Goiás, bem como da trajetória da educação popular e movimentos sociais vinculados à EJA em nosso estado.

A trajetória do trabalho desenvolvido no CMV possibilitou e mostrou a relevância de resgatar a memória dos processos educativos desenvolvidos em Goiás, por meio de fontes orais e documentais. As metodologias utilizadas na pesquisa se mostraram um grande desafio à equipe, pois havia a necessidade de conciliar o olhar do pesquisador com as técnicas arquivísticas, ou seja, trabalhou-se de forma a colocar as técnicas a serviço da

intencionalidade da pesquisa, a fim de que a história pudesse ser recontada na perspectiva de quem a fez e pudesse disponibilizar seu acervo de forma prática, ao ser acessado pelos respectivos pesquisadores.

Histórias da educação em Goiás, como essas do MEB/GO, vêm sendo recontadas pela escuta àqueles que viveram intensamente o processo, mas que foram marginalizados, e movimentos que não tiveram condições de sistematizar suas experiências e que o CMV tem possibilitado esse desafio. Além disso, consideramos que a memória é lugar onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura sistematizar e refletir sobre o passado para ajudar a compreender o presente e (re) construir, no presente, o futuro.

## BASIC EDUCATION MOVEMENT IN GOIÁS AT "CENTRO MEMÓRIA VIVA"

**Abstract:** This article brings reflections focusing on some research of "Centro Memória Viva": Documentation and Reference on Youth and Adult Education, Popular Education and Social Movements in the Midwest (CMV). The genesis of the Center was the Education Virtual Museum in Goiás, organized in 2002, from the research project "Infovias e Educação". The CMV has the record of a completed research on the Basic Education Movement in Goiás (MEB-GO), explained in this text, as well as other suits that are related to the education of young and adult workers. These researches are carried out in the Municipal Secretariat of Goiânia Education, the Ministry of Education of Goiás, the Federal Institute of Science Technology Education and the Federal Institute of Education Science and Technology from Goiás, and includes resources from Foundation Support of the State of Goiás Search (Fapeg). The bibliographical and documentary research marked the beginning of work on CMV and taken as the theoretical readings Brandão (2008); Favero (2006); Paiva (2003); Wanderley (1984); Rodrigues (2008), among others. The reference of the Brazilian Standard for Archival Description (Nobrade) contributed to the organization of research subsequently made available to the public. The processes involved in documentary and historical research as well as individual memory, were conducted from the authors: Bosi (1994), Esquinansi (2012), Halbwachs (2006), Gandon (2001), Le Goff (2003) and Ricoeur (2007), Alberti (2004), Ciavatta (2009), which contributed to the understanding of oral history in the constitution of collective memory.

**Keywords:** Memory; Oral history; Adult education; popular education

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. In: MACHADO, Maria Margarida (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.

CIAVATTA, Maria. Memória e temporalidades do cidadão produtivo emancipado: O ensino médio em busca da formação integrada. In: **VI Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares. Formações profissional e política**. São Paulo: UNINOVE, 2009. Disponível em:

[http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais\\_VI\\_Coloquio/MARIA%20CIAVATTA.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_VI_Coloquio/MARIA%20CIAVATTA.pdf), acesso em: 18/09/2015.

COELHO, José Moreira; COELHO, Parcival Moreira. *Movimento de Educação de Base em Goiás*. Senador Canedo, 14/07/2005. Entrevista concedida a Maria Emilia de C. Rodrigues. (Disponível no CMV, acesso real).

COELHO, José Moreira. *Movimento de Educação de Base em Goiás*. Senador Canedo, 14/07/2006. Entrevista concedida a Maria Emilia de C. Rodrigues. (Disponível no CMV, acesso real).

\_\_\_\_\_. **Movimento de Educação de Base em Goiás**. Caldazinha, 14/05/2012. Entrevista concedida a Maria Emilia de C. Rodrigues. (Disponível no CMV, acesso real).

COELHO, Oscavú José. **Movimento de Educação de Base em Goiás**. Goiânia, 07/07/2004. Entrevista concedida a Leuza Alves de Moura Silva. (Disponível no CMV, acesso real).

CORSETTI, Berenice. **A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos**. In: **UNIrevista** - vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro, 2006, p. 32-46.

CUNHA, Alda Maria Borges. **Movimento de Educação de Base em Goiás nos anos 1960**. Goiânia, 20/09/2006. Entrevista concedida a Maria Emilia de Castro Rodrigues. 52p. Digitado. (Disponível no CMV, acesso real).

ESQUINANSI, Rosimar Serena Siqueira. Entre Percursos, fontes e sujeitos: Pesquisa em Educação e Uso da História Oral. In: **Educação Pesquisa**, vol. 38 nº 1. São Paulo. Jan/Mar-2012 Epub Feb 09-2012. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022012000100014&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000100014&lang=pt). Acesso em 09 de out. de 2012. s/p.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular** – análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

GANDON, Tania Risério d'Almeida. Entre Memória e História: Tempos Múltiplos de um Discurso a Muitas Vozes. In: **Projeto História: História e Oralidade**. São Paulo: Educ., 2001.

GOMES, Dinorá de Castro e MOREIRA, Gabriela Isaac. Centro Memória Viva e MEB Goiás: os caminhos de uma pesquisa documental. In: **I Encontro de História da Educação do Centro-Oeste**. Goiânia, GO: UFMT, 2011. Disponível em: <http://www.rtve.org.br/seminario/4SeminarioAnais/PDF/GT1/gt1-4.pdf>, acesso em: 18/09/2015.

GUIMARÃES, Maria Teresa Canezin; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. Apontamentos sobre a noção de conhecimento e o processo de investigação nas Ciências Humanas. In: **Educativa**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 85 – 107 janeiro/junho, de 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad.: SIDOU, Beatriz. São Paulo: Centauro, 2006.

JACCOUD, Vera. **Movimento de Educação de Base (MEB)**. Rio de Janeiro, 1966. (mimeo.). 13 p.

JORNAL 4º PODER. Ano 1, Goiânia, 07/07/1963a, nº 43.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEB. **Relatório do Quinquênio 1961/1965**. Rio de Janeiro, 1966, 51 p. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. **Cultura Popular**. Rio de Janeiro. 1962. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. **1º Seminário de Animação Popular**. Rio de Janeiro, 15-25 fev./1965a. (mimeo.).

MEB-GO. **Relatório de Animação Popular: O Encontro**. Anexo 7-A. In: *Relatório – Documento: Uma experiência de Educação de Base MEB-GO*. Goiânia, GO, out./1964. (mimeo.).

MEB-GO. **Temas para debates com Monitores.** O Homem e a História. In: Caderno nº 01. [Goiânia, GO], s/d. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. **Relatório de Animação Popular: Encontros.** Anexo 7. In: *Relatório – Documento: Uma experiência de Educação de Base MEB-GO.* Goiânia, GO, 1963. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. **Relatório de Encontro com a Equipe de Serrinha.** Anexo 16. In: *Uma experiência de Educação de Base MEB-GO: Relatório – Documento.* Goiânia, GO, 1966. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. **Relatório do Treinamento de Animadores Monitores.** Anexo 18. In: *Uma experiência de Educação de Base MEB-GO: Relatório – Documento.* Goiânia, GO, 1966b. (mimeo.).

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Loyola. 2003.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 114. Londrina, PR, novembro/2001. (p. 179-195). Disponível em: [www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf), acesso em: 20/02/2012.

PIMENTEL, Fábio Prado. **O Rádio Educativo brasileiro, uma visão histórica.** Rio de Janeiro. Soarmec, 2004.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. **A Travessia do popular na contra-dança da educação.** Goiânia, GO: Ed. da UCG, 2003.

RICOEUR, Paul. **Memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. **Enraizamento de esperança: as bases teóricas do Movimento de Educação de Base em Goiás.** Goiânia: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, 2008 [Tese de doutorado].

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Maria Soares; FRANCISCO, Maria Aldina Gomes da Silva; SCHVEEIDT, Maribel; SANTOS, Andreia Ferreira dos. Dos rádios de pilha às ações na comunidade: o Movimento de Educação de Base (MEB) em Goiás. In: **A história guardada no Centro Memória Viva: Educação de Jovens e Adultos, educação popular e movimentos sociais.** Goiânia, GO: *Cânone*, 2015:-

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel

Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano 1, n. 1, jul. 2009.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para Transformar**: educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.